



Auxílio-moradia: CONAMP trabalha em prol da regulamentação e efetivação do direito



1. Entidades da magistratura participaram da reunião da CONAMP 2. A CONAMP defendeu o auxílio-moradia nos termos da liminar do ministro Fux 3. CONAMP reuniu-se com PGR para tratar do benefício 4. Membros da CONAMP acompanharam a aprovação da Resolução 117 do CNMP

Desde que o ministro Luiz Fux do Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou, por liminar, no dia 15 de setembro, o pagamento do auxílio-moradia aos integrantes da magistratura, a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP) esteve mobilizada para garantir a extensão da verba indenizatória a promotores e procuradores de Justiça.

Devido à paridade constitucional com a magistratura, a CONAMP defendeu que a ajuda de custo para moradia nas localidades nas quais não exista residência oficial também é direito dos membros do MP, até porque há previsão expressa na Lei Federal [8625/93](#).

A diretoria e o conselho deliberativo da CONAMP atu-

aram em conjunto com diversos dirigentes das duas carreiras jurídicas de Estado em busca da melhor maneira de efetivar o pagamento do auxílio-moradia. Em 1º de outubro, foi realizada a I reunião extraordinária da CONAMP, biênio 2014/2016, para tratar do tema. Compareceram representantes de entidades da magistratura e de outros ramos do MP. Todos os pre-

sententes foram uníssonos na defesa da implantação imediata e irrestrita do direito reconhecido na liminar do ministro Fux. Na oportunidade, foram traçadas as estratégias necessárias no momento. [A presidente da CONAMP, Norma Cavalcanti, reuniu-se ainda com o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, no dia 02 de outubro, para discutir a implantação do benefício.](#)

No dia 06 de outubro, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

regulamentaram o pagamento do auxílio-moradia aos membros do Ministério Público e aos magistrados. No âmbito do MP, a regulamentação foi feita através da [Resolução 117/2014 do CNMP](#).

No entanto, mesmo após a regulamentação dada pelo CNMP, a CONAMP continua atenta e acompanha o processo de efetivação do auxílio-moradia em cada unidade ministerial. Tanto que no dia 08 de outubro, a presidente Norma Cavalcanti publicou [moção de apoio aos procuradores-](#)

[gerais de Justiça do Brasil na implementação do pagamento do auxílio-moradia.](#)

A CONAMP está em permanente luta para que o pagamento do auxílio-moradia, direito da carreira, ocorra em sua plenitude, sem limitações incompatíveis com a paridade e isonomia que devem nortear os membros do Ministério Público e, com isso, garantir, também, o direito aos membros casados com outros que percebam a mesma vantagem e aos que já estão aposentados.

CNMP publica resolução que institui proteção a membros do MP



1. Norma, César Bechara, Renato Silva, Daisy Maria de Andrade, e Vladimir Acioli 2. Membros do MP discutiram segurança institucional 3. CONAMP reuniu-se com AMPPE para acompanhar a investigação do assassinato do promotor do MPIPE

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) assinou no dia 14 de outubro a [Resolução nº 116/2014](#), que estabelece regras gerais para a proteção pessoal de membros do Ministério Público e de seus familiares diante de situação de risco decorrente do exercício da função.

Na ocasião, o presidente do CNMP, Rodrigo Janot

lembrou o assassinato do promotor de Justiça Thiago Faria de Godoy Magalhães, do Ministério Público do Estado de Pernambuco (MP/PE), que completou um ano exatamente na data de assinatura da resolução.

Em 2013, no dia 17 de outubro, a CONAMP publicou [nota de repúdio ao assassinato](#) e enviou [ofício](#) a Janot

reiterando a sugestão de que o conselho apresentasse propostas a fim de garantir a segurança institucional de promotores e procuradores em todo o país. Em agosto de 2011, a CONAMP havia enviado ofício semelhante ao então presidente do CNMP, Roberto Gurgel.

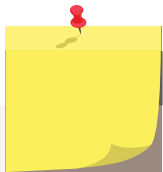
A assinatura da Resolução 116/2014 ocorreu durante

a 2ª reunião extraordinária de 2014 do CNMP. A diretoria e membros do conselho deliberativo da CONAMP acompanharam a sessão.

De acordo com o documento, ao tomar conhecimento de fato ou notícia que implique risco ou ameaça à

integridade física de membros ou de seus familiares, em razão do exercício funcional, o procurador-geral de cada ramo ou unidade do MP deverá adotar, por meio do órgão de segurança institucional, todas as medidas protetivas que o caso requeira, inclusive, a

proteção pessoal, sem prejuízo da comunicação à Polícia Judiciária. O descumprimento dos procedimentos de segurança definidos pelo órgão de segurança institucional ou pela Polícia Judiciária deverá ser comunicado ao CNMP.



NOTAS

CONAMP publica nota de apoio ao procurador-geral da República

Entidade apoia o método de condução de Rodrigo Janot em investigações de crimes.

[>>Mais detalhes](#)

Salas para membros do MP na Câmara dos Deputados e na PGR são inauguradas

Os espaços servirão de apoio para as atividades de promotores e procuradores.

[>>Mais detalhes](#)

Conselho deliberativo da CONAMP reúne-se em Espírito Santo

Esta foi a VI reunião ordinária, biênio 2014/2016.

[>>Mais detalhes](#)

Promotor Carlos Fábio Braga Monteiro toma posse no cargo de PGJ/AM

A presidente da CONAMP prestigiou a solenidade de posse.

[>>Mais detalhes](#)



AGENDA

> 03/11 e 17/11

Sessões ordinárias do CNMP

> 05/11

Congresso Estadual do Ministério Público do Paraná

> 13/11

VII reunião do Conselho Deliberativo da CONAMP;

Encontro Nacional dos Procuradores do Trabalho

> 18/11

Reunião do CNPG;

Entrega do Prêmio Nacional de Educação Fiscal

> 26/11 e 28/11

XVII Congresso Brasiliense de Direito Constitucional;

XII Congresso Nacional do MP de Contas

José Rony Silva Almeida é nomeado PGJ de Sergipe

Rony foi o candidato mais votado na lista tríplice do MP/SE.

[>>Mais detalhes](#)

CONAMP participa da entrega do Prêmio CNMP 2014

A entidade participou da comissão julgadora do prêmio.

[>>Mais detalhes](#)

Dez projetos são finalistas do Prêmio Nacional de Educação Fiscal 2014

Tesoureiro da CONAMP integra a comissão julgadora.

[>>Mais detalhes](#)

PGR presta contas do primeiro ano de gestão na CCJ do Senado

A presidente da CONAMP acompanhou a sessão.

[>>Mais detalhes](#)

CONAMP mobiliza-se para acompanhar possível votação da PEC 63

Apesar de mobilização de entidades do MP e da magistratura, proposta 63 não é votada por falta de quórum.

[>>Mais detalhes](#)

AFILIADAS



Associação Tocantinense do
Ministério Público (ATMP)

João Rodrigues Filho
Presidente



ACMP
Associação
Catarinense
do Ministério
Público

Associação Catarinense do
Ministério Público (ACMP)

Andrey Cunha Amorim
Presidente



Associação do Ministério Público
do Rio Grande do Sul (AMPRS)

Victor Hugo Palmeiro
Presidente

Perguntas ou comentários? Envie um e-mail para imprensa@conamp.org.br ou ligue para 61.3314-1356